



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA DE FÁTIMA PITOMBEIRA

**DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADOLESCENTES
NO RECANTO DA LUZ: PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**

FORTALEZA/CE

2014

MARIA DE FÁTIMA PITOMBEIRA

**DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADOLESCENTES
NO RECANTO DA LUZ: PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**

Monografia Submetida “à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes

FORTALEZA/CE

2014

P681d

Pitombeira, Maria de Fatima.

Do Acolhimento Institucional de Adolescentes no Recanto da Luz: processo de desinstitucionalização. / Maria de Fatima Pitombeira. – Fortaleza, 2015. 60 fls. enc.

Orientadora: Prof^ª Ms. Kelly Maria Gomes Menezes

Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso Serviço Social

1. Assistência Social 2. Adolescentes - Acolhimento Institucional d 3. Recanto da Luz - desinstitucionalização I. Prof^ª Ms. Kelly Maria Gomes Menezes II. Faculdade Ratio, Graduação em Serviço Social III. Título

CDD 361

CDU 364

MARIA DE FÁTIMA PITOMBEIRA

**DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADOLESCENTES
NO RECANTO DA LUZ: PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**

Monografia Submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes (orientadora)

Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Lara Abreu Cruz

Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Renata Lima da Costa

Faculdade Ratio

À minha família,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e a oportunidade de cursar uma faculdade.

A minha família pelo amor e pelo apoio incondicional de uma vida inteira.

Aos colegas de sala pelo convívio de quatro anos sempre felizes e divertidos.

A Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes pela orientação e dedicação destinada a esse trabalho.

A Prof.^a Ms. Lara Abreu Cruz e a Prof.^a Ms. Renata Lima da Costa por aceitarem a participar da banca examinadora deste trabalho.

E em especial, as minhas afilhadas e sobrinhas Lívia Pitombeira de Figueirêdo e Ileana Pitombeira Gomes pelo empenho destinado em ajudar a concluir essa jornada.

“O único homem que está isento de erros, é aquele que não arrisca acertar.”

ALBERT EINSTEIN

RESUMO

No Brasil, muitas famílias se encontram em condição de vulnerabilidade social, especialmente nas camadas sociais menos favorecidas. Assim, crianças e adolescentes tornam-se expostos às chamadas situações de risco para seu desenvolvimento cognitivo, psicológico e social, como os maus tratos e a negligência, necessitando de atendimento e da intervenção do Estado para garantir sua sobrevivência. Com isso, tem como objetivo deste estudo investigar as atividades desenvolvidas pelo Recanto da Luz, o processo de desinstitucionalização dos adolescentes. Com esse intuito, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e de campo. Foram utilizados dois roteiros de entrevista; - um aplicado aos adolescentes e outro aplicado aos profissionais da Unidade- com perguntas abertas e fechadas que se articularam para corresponder aos nossos objetivos. Conclui-se que esse estudo se delineou sob a condição de vulnerabilidade e risco a que estão expostos os adolescentes que exige das instituições que os acolhem uma infraestrutura aparelhada para garantir aos seus usuários mais que a simples proteção instaurada pelo afastamento do convívio com a rua. Tais instituições precisam examinar e compreender o contexto em que esses adolescentes são conduzidos ao processo de institucionalização para balizar o conteúdo social, econômico, jurídico, cultural, psicológico e pedagógico de suas práticas cotidianas para, assim, subsidiar a avaliação dos resultados de seus trabalhos na vida dos egressos.

Palavras-Chaves: Acolhimento. Adolescente. Desinstitucionalização

ABSTRACT

In Brazil, many families are socially vulnerable condition, especially in the less advantaged social groups. Thus, children and adolescents become exposed to so-called risk situations for their cognitive, psychological and social development, such as abuse and neglect, requiring care and state intervention to ensure their survival. Thus, this study aims to investigate the activities developed by Corner Light, deinstitutionalization. process of adolescents. To that end, we conducted a qualitative research, bibliographic, documentary character and field. Two interview scripts were used; - An applied to adolescents and applied to other professionals unit- with open and closed questions that were articulated to meet our goals. Concludes that this study is outlined in the vulnerability and risk condition they are exposed adolescents requiring the institutions which host one equipped infrastructure to provide its users more than just protection established by removal of contact with the road. Such institutions need to examine and understand the context in which these teenagers are led to the institutionalization process to mark the social content, economic, legal, cultural, psychological and pedagogical of their daily practices to thus support the assessment of the results of their work in life of the graduates.

Key-words: Refuge. Teenager. Deinstitutionalization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCTN - Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves
CONDECA - Conselho Estadual da Criança e do Adolescente
CONDICA - Conselho Municipal de Criança e Adolescente
CONANDA - Conselho Nacional de Assistência da Criança e Adolescente
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CF - Constituição Federal
DN - Diário do Nordeste
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FMI - Fundo Monetário Internacional
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
RD - Redução de Danos
STDS - Secretaria de Trabalho e desenvolvimento Social
SAM - Serviço de Assistência aos Menores
SDG - Sistema de Garantia de Direito
SGDCA - Sistema de Garantia de Direito da Criança e Adolescente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CAPÍTULO I - METODOLOGIA DA PESQUISA	16
2.1 Natureza da Pesquisa.....	16
2.2 Tipos de Pesquisa	17
2.3 Técnicas e Instrumentos de Pesquisa	18
2.4 Campo de Pesquisa.....	23
2.5 Sujeitos da Pesquisa	24
2.6 Análise dos Dados Coletados na Pesquisa	25
3 CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
3.1 Adolescência: categoria em questão	29
3.2 Políticas Públicas.....	32
3.2.1 Políticas Públicas Voltadas para a Criança e o Adolescente	33
3.3 Acolhimento Institucional	36
4 CAPÍTULO III - PESQUISA DE CAMPO.....	40
4.1 Perfil dos adolescentes entrevistados	41
4.1.1 Percepção dos adolescentes entrevistados	41
4.2 Percepção dos técnicos entrevistados.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICES	57
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	58
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA.....	59
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES ACOLHIDOS	60

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as famílias se dizem em condição de vulnerabilidade social¹, especialmente nas camadas menos favorecidas. Assim, crianças e adolescentes se expõem às situações de risco ao desenvolvimento cognitivo, psicológico e social, como maus tratos e a negligência, necessitando de intervenção do Estado para garantir sua sobrevivência.

Segundo Subirats (2010), a vulnerabilidade social perpassa o caráter superficial e imediato da discussão sobre a desigualdade social, pois nos revela a essência e a dimensão da totalidade do antagonismo que está arraigado na sociedade capitalista. Assim compreendendo, a condição de vulnerabilidade compreende questões econômicas, culturais e sociais cujo enfrentamento exige disposição para o olhar multifocal de causas e consequências.

Kaloustian e Ferrari (1994) defendem que a situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o trabalhador ao desemprego ou subemprego. Nessa perspectiva, por trás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pelas políticas públicas. Sobre a vulnerabilidade, Martins (1993, p. 32) afirma que “a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada”.

A proteção integral à criança e ao adolescente, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, no art. 4º, expressa que a família, além da comunidade, da sociedade e do Poder Público, é responsável pela proteção da prole (BRASIL, 1990). Em situação de vulnerabilidade, a família se vê alijada de mínimas condições socioeconômicas, de proteção da prole porque toda ela sofre processo de exclusão social. A injustiça social favorece o desequilíbrio das relações, desagregação familiar, condição de abandono e, por consequência, envolvimento de adolescentes em questões que convergem sobre a institucionalização.

Neste estudo, é de interesse se volta para a compreensão de vulnerabilidade social de que estão expostos adolescentes na cidade de Fortaleza – CE. Para entendimento do fenômeno, é apelar para estudos de Fernandes et al. (1991) que analisam os paradigmas da riqueza e da miséria, na cidade, questionam extremos e destacam:

¹ A vulnerabilidade, nas palavras de Subirats (2010, p.38), é entendida como: “[...] precariedade do trabalho, analfabetismo digital, incapacidade mental, habitação precária, desestruturação familiar, proteção social insuficiente ou antecedentes criminais [...]”.

Em termos espaciais, a ação institucional ao longo dos anos tem contribuído para o acirramento das desigualdades nesse espaço. São as demandas do processo político-econômico que historicamente fundamentaram a ordenação física da cidade, imprimindo, portanto, a marca da desigualdade que nas formações capitalistas dependentes expressam de forma mais intensa os desníveis entre as classes (FERNANDES ET AL., 1995, p. 55).

Mesmo não sendo de interesse discussão do agravamento das desigualdades sociais e econômicas, não há falar em vulnerabilidade social sem destacar as grandes mudanças do cenário, nos últimos anos. Evidencia-se o agravamento da situação de pobreza em divergência ao incontestável “progresso” econômico em cujas bases se assentam explicações dos mais recentes investimentos na construção de belos “arranha-céus”, novos postos de atendimento bancários; novos *shoppings centers*; novas ruas, bairros e estradas, hotéis e restaurantes de luxo, enfim, empreendimentos, com acesso restrito a poucos.

Estudos revelam que Fortaleza convive com forte concentração de renda: 1% dos mais ricos detém 52% do total e os 50% mais pobres, somente 12,5% (FECOP, 2004)². A concentração, além de promover extremas desigualdades e formas de violência, impede acesso de pessoas pobres às condições objetivas de elevação de renda numa vida digna.

Pesquisa divulgada pelo Jornal O Povo (02/09/2013) destaca a falta de políticas públicas condicionantes com ocorrência de infrações contra crianças e adolescentes em Fortaleza. Com o título “Omissão que reduz ao Crime”, afirma-se que as diferenças de renda colocam Fortaleza como a 5ª cidade mais desigual do mundo. O “muro da vergonha” que separa Fortaleza dos de Fortaleza da miséria não tem traço definido. Tem-se que ramificar, cortando sem-número de rincões espalhados pela quarta capital do País. Rígido, ergueu estrutura que hoje consegue separa os que sucumbem ao ganho menos de R\$ 70 por mês dos que acumulam rendas e luxos milionários. A muralha até delimita as classes sociais, mas, por vezes, consegue fazê-las coexistir no mesmo endereço, tornando as diferenças indivisíveis. Nos bairros Meireles, Edson Queiroz e Cidade 2000, por exemplo, há bolsões de miséria imersos em nobres metros quadrados. São comunidades que se formaram e sobrevivem por entre o luxo dos condomínios fechados habitados pelo que se convencionou chamar classe média-alta fortalezense. (JORNAL O POVO, 2013)

No cenário em que famílias empobrecidas sobrevivem e prolifera o crime de abandono de incapaz, previsto no ECA, vários são problemas vivenciados por adolescentes que

² Fundo Estadual de Combate à Pobreza, criado pela Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 27.379 de 1 de março de 2004 e alterado pelo Decreto nº 27.536, de 19 de agosto de 2004.

culminam com sua institucionalização. Com a promulgação do ECA e suas políticas, observam-se mudanças de paradigma de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e de abandono, no Brasil. Partir que criança e adolescente passam a ser vistos como sujeitos de direito, respeitada a condição de pessoa em desenvolvimento, com garantia de proteção integral por parte da família, sociedade e Estado.

Nessas circunstâncias, o ECA prevê a colocação de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, de forma provisória e excepcional, pela situação de grave risco à integridade física, psicológica e sexual. (RIZZINI & RIZZINI, 2004; SILVA, 2004).

Acolhimento institucional utiliza-se para denominação de medida de abrigo, de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, de autoria do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (CONANDA/CNAS, 2006). É medida é vista hoje como alternativa de cuidados e proteção especial temporária à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade.

Entretanto acolhimento institucional temporário de adolescente tem sido criticado em sua eficácia, pela constatação de que o sujeito permanece em abrigo por longo período, desenvolvendo uma relação direta ou indireta com um conjunto de pessoas que dividem responsabilidades: educadores, técnicos, conselheiros tutelares, juízes, promotores, entre outros. No retorno ao convívio familiar o ambiente é o mesmo: vivenciam-se privações, as mesmas vulnerabilidades e não foram criadas novas possibilidades de inclusão social ou de mobilidade econômica, para adolescentes e seus familiares. (CONANDA/CNAS,2006)

Pelo levantamento com 589 instituições de abriguem cinco regiões brasileiras, Silva (2004) verificou que 47,1% das crianças e adolescentes viviam nas instituições por um período de até dois anos, enquanto 32,9% estavam nos abrigos em período entre dois e cinco anos, 13,3%, entre seis e dez anos, e 6,4%, por mais de dez anos.

Nessa perspectiva, reconhece-se abrigo como parte integrante da rede de apoio social e afetivo que dispõe de crianças e adolescentes oriundos de ambiente familiar exposto a privações. Sem negar a importância de instituições, vale discutir o que de fato representam para o processo de inclusão social de crianças e adolescentes que por elas passam e onde vivem importante período de suas vidas. (CAVALCANTE, MAGALHÃES, PONTES, 2007). Nesse sentido, Cassol e De Antoni (2006) consideram que o abrigo desempenha uma função de rede de apoio social e afetivo, assim como a família.

Tendo como base o ECA, percebemos que, no Brasil, a precariedade de renda e as condições de trabalho aviltantes, falta de oportunidades sociais e econômicas para o desenvolvimento humano, são motivos recorrentes de afastamento da criança e adolescente do meio familiar, ressaltando os problemas estruturais da sociedade brasileira, que acabam por fragilizar as bases de apoio à infância e à juventude. (CARVALHO, 2002; CAVALCANTE, MAGALHÃES PONTES, 2007; SILVA, 2004; RIZZINI, RIZZINI, 2004; ROTONDARO, 2002).

Pelo exposto, emerge a pergunta de partida que orientou o desenvolvimento deste estudo: as atividades desenvolvidas pela Unidade de Acolhimento Recanto da Luz preparam adolescentes para o processo de desinstitucionalização?

Em resposta ao questionamento, este estudo se delinea sob o pressuposto de que a condição de vulnerabilidade e risco a que estão expostos adolescentes em Fortaleza exige das instituições que os acolhem uma infraestrutura aparelhada para garantia dos usuários mais que simples proteção instaurada pelo afastamento do convívio com a rua. Tais instituições precisam examinar e compreender o contexto dos adolescentes conduzidos ao processo de institucionalização para balizar o conteúdo social, econômico, jurídico, cultural, psicológico e pedagógico de práticas cotidianas para, assim, subsidiar a avaliação dos resultados dos trabalhos na vida dos egressos; na vida dos que ali são acolhidos, na vida dos reincidentes, como também na vida dos que não retornaram e repercussão das ocorrências nas famílias e sociedade em geral.

Diante do desafio de selecionar o tema para a produção deste estudo, a condição dos adolescentes internos que vivenciam o processo de institucionalização em que cumprem medidas socioeducativas configurou-se relevante, primeiramente pelo caráter questionador, devido a frequentes casos de reincidência. Depois, pelos constantes apelos da imprensa em denunciar falhas do sistema de proteção social a adolescentes em conflito com a lei. A realidade fez nascer interesse em investigar, sob a ótica dos egressos, e de profissionais envolvidos com a questão, a repercussão da institucionalização de adolescentes e, pelos achados, desenvolver análises com o fim de subsidiar propostas voltadas ao aprimoramento de intervenções.

Com essa compreensão, defini-se como objetivo geral da pesquisa: investigar as atividades da Unidade de Acolhimento Recanto da Luz preparam para o processo de desinstitucionalização dos adolescentes. Mais especificamente interesse por: verificar a

aplicabilidade e funcionalidade dos projetos de Reintegração Social desenvolvidos pela Unidade; compreender as perspectivas dos adolescentes em relação à saída da Unidade; e identificar a atuação dos profissionais da instituição no processo de desinstitucionalização.

Para tanto, realizamos pesquisa de natureza qualitativa e de tipo bibliográfico, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica atribui fundamentos teóricos às categorias de análise essenciais à compreensão da matéria investigada. A pesquisa documental é imprescindível por favorecer o resgate histórico da legislação pertinente e do conteúdo descritivo de Programas de Proteção Social para adolescentes que vivenciam conflito com a lei e, por essa via, judicialmente conduzidos à institucionalização para o cumprimento de tais medidas. A pesquisa de campo revelou-se necessária dada a amplitude da questão, sendo sido oportuna a definição de abrangência restrita a Unidade de Acolhimento como estratégia facilitadora do alcance dos objetivos norteadores deste estudo. Esta pesquisa, amparada pelas demais, enriquece a análise pela abordagem prática que concretiza na participação de atores sociais diretamente envolvidos com o tema.

Os adolescentes foram escolhidos de acordo com referência: estar vivenciando o processo de institucionalização para cumprimento de medida socioeducativa, residindo no interior da Unidade tomada como área de abrangência do estudo.

2 CAPÍTULO I - METODOLOGIA DA PESQUISA

A escolha metodológica facilitadora do alcance dos objetivos deste estudo orienta-se sob a perspectiva de Minayo (1999), cujos conteúdos são relevantes para fundamentação das considerações.

A pesquisa é um instrumento utilizado para desvendar aspectos da realidade da qual queremos saber mais. Para tanto, é necessário percorrer caminhos e utilizar estratégias de coletas de dados, entre perguntas e respostas. Ao pesquisador, é indispensável optar entre fontes, técnicas e definir prioridades no percurso de investigação. Desta forma, entende-se que o ponto de partida de uma pesquisa é a definição dos objetivos e do conjunto de questões centrais e básicas que pretendemos explorar. Minayo (1999) enfatiza que o pesquisador deve ter clareza nas questões que orientam o plano de pesquisa, incluindo a metodologia escolhida. Assim compreendendo, descrevem-se nos itens seguintes as etapas metodológicas deste estudo de modo sequencial e complementar.

2.1 Natureza da Pesquisa

Desenvolvemos neste estudo, pesquisa voltada para compreender uma das consequências provocadas pela situação de vulnerabilidade social a que estão expostos adolescentes em Fortaleza – a institucionalização – e, em avesso, desinstitucionalização. Tomamos por referência a prática institucional desenvolvida pela Unidade de Acolhimento Recanto da Luz, que abriga e prepara os adolescentes para o processo de desinstitucionalização.

Para êxito da pesquisa, desenvolve-se o método qualitativo considerando a perspectiva de Minayo (1999), para quem o sujeito vivencia determinada condição social, pertence a grupo ou classe social específica e interage com crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das Ciências Sociais é complexo, contraditório, inacabado, em permanente transformação.

Alguns acadêmicos, insatisfeitos com o uso de métodos naturalísticos nas ciências sociais, propuseram uma abordagem holística para o estudo de fenômenos sociais. No paradigma qualitativo, a realidade é construída a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, e cabe ao pesquisador decifrar o significado da ação humana, e não apenas descrever os comportamentos. ” (MINAYO, 1999, p.36)

Abordagem norteadora de opção pelo método está amparada em formulações de Beuren (2004). Para o estudioso, a metodologia qualitativa abre espaços e possibilidades de adentrarmos no objeto estudado, assim, surgem novos horizontes para conhecimento do fenômeno social.

Corroborando com esse trabalho, Minayo (1995) afirma que, no caso das Ciências Sociais, a realidade dos fenômenos estudados exige a escolha de metodologia apropriada levando-se em consideração a realidade que é essencialmente qualitativa.

2.2 Tipos de Pesquisa

Para a concretização deste estudo, desenvolvemos pesquisas de tipo bibliográfico, documental e de campo, para identificação e análise do processo de institucionalização e desinstitucionalização social de adolescente acolhido em abrigo.

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica efetivou-se com foco nos conceitos centrais indispensáveis na fundamentação de discussões em torno do tema selecionado. Nessa lógica, recorreremos a buscas em bibliotecas e também em sites de conteúdo técnico disponíveis na internet, o que oportuniza diferentes leituras de documentos impressos, livros, artigos, teses, periódicos, entre outros. A prática se orientou pelos ensinamentos de Severino (2007), para quem, o tipo de pesquisa é de grande relevância, pela contribuição de autores que disponibilizam e agregam conhecimentos científicos ao trabalho.

Sobre pesquisa bibliográfica, a percepção de Gil (2010) converge para o mesmo entendimento de Severino (2007). Gil (2010) considera que a pesquisa é embasada em material impresso publicado, e remete a uma vasta modalidade de conteúdo, jornais livros, artigos científicos, como também tecnologia no mundo virtual. A internet emerge como mecanismo que disponibiliza um leque de informações para abrilhantar o estudo do pesquisador, permitindo grande benefício que se utiliza de dados, difundindo as mais variadas informações científicas para seu estudo.

No que se refere à pesquisa documental, as contribuições de Gil (2002, p. 62-63) orientam a considerá-la como “fonte rica e estável de dados.” O estudo documental equivale à pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador tem oportunidade de adentrar leituras, em documentos os quais não tiveram análise e podem ser revisados. Corroborando com autores como Silva e Grigolo (2002 apud BEUREN, RAUPP, 2008, p. 89), “vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada.” Ressalte-se que os documentos de

construção para os estudos são: cartas, memorandos, revistas, arquivos e estatísticas.

Conforme Gil (2008), pesquisa de campo é equivalente ao levantamento, e com distinções. Assim, o diferencial da pesquisa de campo é proporcionar interação do pesquisador especificamente com grupo característico e específico, em que os resultados obtidos são vistos com maior credibilidade, no mesmo espaço. Para o autor, requer-se olhar peculiar, para não houver um comprometimento de subjetividade do pesquisador. Na mesma linha de raciocínio, Marconi e Lakatos (1992) afirmam que a pesquisa de campo é um tipo de levantamento de dados no mesmo espaço, pela observação, entrevista, enfim, reciprocidade.

2.3 Técnicas e Instrumentos de Pesquisa

O desenvolvimento deste estudo se deu em observância a técnicas e instrumentos de pesquisa, legitimados por diferentes estudiosos cujas contribuições se destacam na fundamentação de escolhas para observação participante e técnica de entrevista como norteadores de procedimentos metodológicos.

No entendimento de Gil (2008), a observação é considerada método de investigação e se apresenta como elemento fundamental para pesquisa. A prática se insere na pesquisa, desde a formulação do problema. De modo sequencial, a observação percorre todo o trabalho “passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados”(Gil, 2008, p.23). Assim considerando, a observação é imprescindível para a pesquisa, principalmente na fase de coleta de dados, conjugada a técnicas ou utilizada de modo exclusivo.

O ato de observar é um dos mais frequentemente utilizados para conhecimento e compreensão de pessoas, fenômenos, acontecimentos e situações. “Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade” (RUDIO, 1986, p. 36)

Observar significa aguçar sentidos para conhecer, compreender determinado objeto de estudo para dele extrair informações claras. A observação torna-se técnica científica no momento de sistematização, planejamento e controle da objetividade. Assim procedendo, o pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas com olhar treinado para compreender e visualizar elementos específicos que determinam o que está acontecendo. A maior vantagem da observação consiste justamente em ajudar o pesquisador a obter informações na ocorrência espontânea do fato. (RUDIO, 1986).

Não se observa tudo ao mesmo tempo. Daí uma das condições essenciais para

observarmos adequadamente é limitar e definir com precisão os objetivos que almejamos alcançar. Isso assume tamanha importância para a ciência que se torna uma das condições indispensáveis para garantir a validade da observação.

Na pesquisa qualitativa, podemos fazer uso de diferentes tipos de observação, entre as quais observação assistemática ou planejada, individual ou em equipe, aquela realizada em campo ou laboratório, vinheta, militante e observação participante, a mais usual.

Afirmamos aqui nosso compromisso com a legitimidade da observação simples justamente pelos cuidados que assumimos com interpretação de achados, ou seja, significado atribuído ao observado. Afinal, esse estudo parte de conhecimentos prévios acerca da cultura do grupo observado.

Na observação simples, o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observam, de maneira espontânea, os fatos. O procedimento apresenta certa similaridade com técnicas de jornalistas, daí o pesquisador é muito mais espectador.

O caráter científico da observação simples é garantido: vai além da simples constatação dos fatos exigindo o mínimo de controle na obtenção dos dados. Sua aplicabilidade requer análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e controle, requisitos essenciais dos procedimentos científicos.

Gil (2008) destaca que a observação simples apresenta uma série de vantagens: obtenção de elementos para definição de problemas de pesquisa; favorecimento da construção de hipóteses acerca do problema pesquisado e, por último, facilitação da obtenção de dados sem produzir querelas ou suspeitas de membros de comunidades, grupos ou instituições.

Os argumentos de Gil (2008) concorrem para a compreensão de que a observação simples é muito útil quando dirigida ao conhecimento de fatos ou situações com certo caráter público ou não limitada ao âmbito de condutas privadas, como se verifica neste estudo que guarda o caráter qualitativo, exploratório e observa situações da vida social de adolescente desvinculado do processo de institucionalização.

Como a observação participante refere-se a sujeito social (RUDIO, 1986), não podemos deixar de considerar tais elementos no processo de investigação. Privilegiamos o aspecto ético preservando o perfil íntimo das relações sociais ao lado de tradições e costumes, assim como importância atribuída pelo sujeito; idéias, motivos e sentimentos envolvidos na compreensão da totalidade de vidas, verbalizados mediante categorias que permeiam os

próprios pensamentos.

Com essa compreensão, é atentar ao conjunto de regras formuladas ou implícitas em atividades de componentes de grupo social. Também é necessário observar como se obedecem as regras ou se transgridem e como ocorrem os sentimentos de amizade ou antipatia, entre outros, que se manifestam entre os componentes do grupo.

A observação participante permite ao pesquisador analisar a realidade social que o rodeia, oportunizando-lhe, captar conflitos e tensões existentes. Viabiliza identificar, nesse mesmo contexto, lideranças ou grupos sociais que guardam em si sensibilidade e motivação de mudanças.

À referência à observação participante, Malinowski (1975), em estudos etnográficos, alerta sobre que se tem não só que se estender redes, em lugar correto, e esperar o que possa cair. Deve se sim, ser “caçador” ativo dirigindo “presa” para cair na “rede”.

Ela segue processo que pode ser identificado em etapas sequenciais: na primeira fase, há aproximação do pesquisador com o grupo social a ser estudado. O que requer trabalho longo e difícil visto que o pesquisador precisa estar atento às expectativas do grupo, como também exercitar a habilidade para eliminar bloqueios como a desconfiança. Nesse momento, o pesquisador precisa ser aceito em seu papel, isto é, como alguém externo ao grupo, porém interessado em compreender e realizar com o grupo estudo sobre a realidade, com o propósito colaborativo de subsidiar a formulação de estratégias para transformação do que está posto e não satisfaz. Tudo isso provoca tensão, tanto no pesquisador no grupo. (RUDIO, 1986)

Na segunda, instaura-se a vontade do pesquisador de obter visão de conjunto da comunidade, operacionalizada com auxílio do conjunto de elementos, a exemplo de estudo de documentos oficiais, reconstituição da história do grupo ou do local, observações da vida cotidiana; identificação de instituições disponíveis na comunidade; levantamento das atividades econômicas significativas para subsistência da população. Os dados coletados se registram no Diário de Campo, evitando perda de informações importantes pelo uso de recursos com filmagem e fotografias.

A terceira corresponde a momento difícil, é que todos os dados coletados passam a ser organizados e sistematizados. A essa altura se oferece ao pesquisador a situação real do grupo e percepções de integrantes sobre a realidade.

Não há limite temporal ou espacial para a observação participante. Seguidas as três etapas adequadamente, a pesquisa participante é convergente para a obtenção de êxito. A

conclusão das etapas oferece elementos para referendo do conhecimento da realidade social. (RUDIO, 1986)

Sem dúvidas, a aplicabilidade da pesquisa participante exige do pesquisador habilidades e competências específicas para sua condução: ser capaz de estabelecer relações de confiança com os sujeitos da pesquisa; ter sensibilidade para o trato com pessoas; ser bom ouvinte; ter familiaridade com as questões investigadas, com preparação teórica sobre a temática do estudo ou situação a ser observada; ter flexibilidade para se adaptar às situações inesperadas; não ter pressa em definir padrões ou atribuir significado aos fenômenos observados; seguir a lógica do plano traçado, cumprindo todas as etapas, ter habilidade para aplicar instrumentos para a coleta e apreensão dos dados, como também para verificar e controlar os dados observados e relacionar teorias e conceitos aos dados observados. (RUDIO, 1986).

Sistematicamente planejada, a observação vai além de simples uso dos sentidos e passa a ser utilizada como procedimento científico, à medida que é submetida à verificação e controle de validade e precisão (SELLTIZ ET AL., 1967 apud GIL, 2008).

A principal vantagem na utilização de método, em relação a outras técnicas, consiste em que os fatos se percebem diretamente, sem qualquer intermediação reduzindo-se, por essa via, os riscos da subjetividade que permeia todo o processo de investigação social.

Por outro lado, como principal desvantagem na utilização do método, Gil (2008) destaca a presença do investigador, o que interfere em alterações de comportamento dos observados. A presença inibe a espontaneidade e resulta em achados pouco confiáveis. Compreender a desvantagem é essencial para que o pesquisador evite ameaças à privacidade das pessoas inseridas no processo de observação. Assim considerando, as reações das pessoas devem ser levadas em conta durante o percurso de investigação.

Conforme alertara Gil (2008), o primeiro problema enfrentado em trabalho de pesquisa consistiu em definir o foco a ser observado. Nesse caso, têm-se os sujeitos: – 04 (quatro) adolescentes do sexo masculino, com idade entre 12 e 15 anos, internos em Unidade destinada ao cumprimento de medidas socioeducativas; o cenário: Recanto da Luz, Unidade integrante da rede prestadora de serviços socioassistenciais, vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS), identificar as características da Unidade, comportamento social nela é disseminado pelos profissionais que ali trabalham, como se dá a relação entre os adolescentes internos e esses profissionais, qual a participação das famílias de adolescentes, no processo de institucionalização e, mais precisamente, no

trabalho de desinstitucionalização.

A pesquisa de campo, neste estudo, recorreu ao uso de roteiro (APÊNDICE A) cujo conteúdo norteia a realização de entrevista do tipo semi-estruturada. Os resultados sistematizados permitiram a análise dos dados coletados. Para Gil (2002), a entrevista, como técnica de coleta de dados, possibilita a interação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, o que é relevante para as Ciências Sociais como um todo, sendo suas principais vantagens, além de interação, concorre flexibilidade e disponibilização imediata dos dados.

Entretanto, para o mesmo autor, há também desvantagens na técnica uma vez que se podem deparar respostas falsas, interpretações errôneas pelos entrevistados, assim como má formulação de proposições pelo entrevistador e influência deste nas respostas.

Para Triviños (1987), a pesquisa semi-estruturada fundamenta-se em questionamentos simples a respeito do tema, com isso novas hipóteses se têm com respostas dos entrevistados. O autor afirma que entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Sobre pesquisa semi-estruturada, Manzini (2003) aponta que se faz necessário o planejamento da coleta dos dados mediante roteiro estruturado com perguntas que busquem atender os objetivos estudados.

Entretanto o trabalho científico exige do pesquisador não somente levantamentos bibliográficos, mas técnicas que melhorem e identifiquem a natureza do estudo, de acordo com dados escolhidos. Nesse universo, existem ferramentas, entrevistas, gravações, filmagens, fotografias etc. Assim, para este trabalho, fizeram-se entrevistas com gravações.

Segundo Gil (1999), entrevista é um método para colhimento de informações antecipadamente; é conversa informal com finalidade de absorver conteúdos para a pesquisa: “pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 1999, p. 117).

Na visão de Marconi e Lakatos (1999), compreende-se como junção de pesquisador e pesquisado, com intuito de atingir informações desejadas. Para Severino (2007), a entrevista pode ser definida como prática que tem como objetivo reunir dados entre o investigador e o investigado, isto é, diálogo que proporciona saberes. Segundo autores, a observação é ferramenta fundamental para construção de qualquer estudo científico.

Coerente com referências fez-se, esta pesquisa em observância ao processo de institucionalização e às questões que levam a desinstitucionalizar adolescentes acolhidos no Recanto da Luz. Para tanto, utiliza-se também a técnica de observação direta e não participante com o objetivo de “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.” (LE BOTER, 1984, p. 52). Neste sentido, o objeto estudado teve todo o acompanhamento direto, em busca de emancipação como cidadão.

2.4 Campo de Pesquisa

A Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves (AMCTN), unidade geográfica deste estudo, nasceu de questionamentos dos componentes, no que se refere às condições de vulnerabilidade social a que estavam submetidas as famílias e a agravantes provocados pela violência envolvendo principalmente adolescentes. As questões se colocaram como divisor de água para a comunidade que, juntamente com um grupo de voluntários, sentiram a necessidade de implantar uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de atuar no bairro, para trabalhar com a população, em vulnerabilidade social.

A AMCTN é entidade sem fins lucrativos e econômicos, com mais de trinta anos atuando, prioritariamente, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, definidos em finalidades estatutárias.

A instituição tem histórico de desenvolvimento de trabalhos participativos com crianças e adolescentes na formação da cidadania e realiza: Execução de programas que fomentam o empreendedorismo, geração de renda e qualificação profissional; democratização e acesso à tecnologia de informação; promoção de assistência social; desenvolvimento econômico-sustentável e combate à pobreza; promoção de direitos da pessoa portadora de deficiência, dos direitos da mulher e da criança; execução de programas de qualificação profissional; promoção de geração de trabalho e renda comunitária; e assessoria jurídica gratuita. A sua missão institucional é promover Assistência Social aos menos favorecidos e em risco pessoal, proporcionando-lhes possibilidades de desenvolvimento integral.

Com vista ao reconhecimento como organização que desenvolve e dissemina projetos que contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo, fazendo-o agentes de transformação social.

A AMCTN está situada na Av. Plácido Castelo, nº 473, Bairro Jardim das Oliveiras, Conjunto Tancredo Neves, Fortaleza Ceará. Área cheia de contrastes, com aproximadamente 19.231 habitantes, tem trabalho dirigido principalmente a crianças, adolescentes e jovens da comunidade, na região da extinta área de risco do Gato Morto (antigamente às margens do Rio Cocó e da BR 116), Conjunto Tasso Jereissati, Lagoa da Zeza, Vila Cazumba e Lagoa do Tijolo. O público se insere contexto em que os indicadores sócio-populacionais revelam cartografia desigual do desenvolvimento, com contradições entre crescimento econômico associado à concentração de renda e qualidade de vida urbana. No entanto as ações extrapolam os limites geográficos da comunidade e se ampliam a cada dia, para espaços físicos, pela necessidade de ações efetivas na promoção da cidadania e direitos humanos dos pobres.

Com essa premissa, tem-se, em 06 de Janeiro de 2008, a implementação da Unidade de Acolhimento Recanto da Luz (vinculada a AMCTN) , na Rua Sabino Monte, nº 3583, Bairro São João do Tauape, Fortaleza Ceará, com co-financiamento do Governo do Estado do Ceará, pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

À Unidade, compete a execução de trabalho de promoção psicossocial, com ações mediante alianças e parcerias com órgãos públicos, privados, entidades, assim, na exploração de áreas de educação, saúde, religião, esporte, arte e lazer, na perspectiva de resgate da cidadania e auto estima pela promoção da qualidade de vida saudável.

A preocupação primordial é a recepção do adolescente, proporcionando-lhe bem estar, buscar, e conhecer a trabalhar seus familiares, na perspectiva de fortalecimento e manutenção de vínculos familiares, possibilitando retorno família de origem. A Unidade de Acolhimento Recanto da Luz é uma instituição, com 15 adolescentes, na faixa etária de 12 a 15 anos, do sexo masculino, com direitos ameaçados ou violados que necessitam de garantia e proteção integral, em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, em respeito a Constituição Federal, ECA e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

2.5 Sujeitos da Pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida com participação direta de grupos: Categoria 1 – de 15 (quinze) adolescentes da Unidade Recanto da Luz, selecionam-se 04 (quatro) sob os seguintes critérios de inclusão: tempo de permanência na Unidade, (no mínimo 6 meses e no máximo

um ano); idade entre 12 e 15 anos de idade que legalmente caracteriza a adolescência (ECA, Art 1º); estar saindo da instituição e, por fim, regularmente matriculado, com frequência as aulas, determinante do ECA, como também condição facilitadora de sua socialização e inclusão. Categoria 2 – um representante de categoria profissional entre os trabalhadores do Recanto da Luz: 1 (um) assistente social, 1 (um) advogado, 1 (um) pedagogo, 1 (um) psicólogo.

2.6 Análise dos Dados Coletados na Pesquisa

Os dados da pesquisa de campo foram sistematizados e analisados e passam a ser destaque buscando responder aos objetivos deste estudo.

Iniciamos o trabalho de visita institucional à Unidade – O Recanto da Luz – com instrumentais que serviram de base de diálogo com sujeitos selecionados, e respostas às indagações. Devido à impossibilidade de conclusão do trabalho, em única visita, houve retornar à instituição por duas vezes.

Num primeiro momento, fez-se diálogo com profissionais, oportunidade da apresentação do projeto de pesquisa. A receptividade dos dirigentes foi determinante para o alcance dos resultados, não sem antes adentrar o referencial teórico do trabalho de campo.

Não é apenas uma linha de Análise de Discurso: existem estilos diferentes “provavelmente ao menos 57 variedades de análise de discurso”, com enfoques variados, conforme tradições teóricas, todas com o mesmo nome. Os diferentes estilos parecem ter em comum, ao tomar como objeto o discurso, é que partilham de “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”. (MUTTI, 2004, p. 18)

Assim na Análise do Discurso “a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-constituídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente,” (MUTTI, 2014, p. 36). Nessa perspectiva, o sujeito vivencia a ilusão de controle sobre o discurso por não perceber que todo discurso já foi dito antes. Exemplificando, com o olhar da Análise do Discurso o enunciado “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” permite multiplicidade de sentidos. Pode ser verbalizado pelo professor, pelo político ou pela mãe aos seus filhos, com sentidos diferentes para cada sujeito. A fonte originária deste enunciado pode ser

desconhecida, mas fica na memória discursiva, e volta em um novo contexto, de outro momento histórico, com novas significações, perdendo o sentido original e popularizando-se com sentido vulgar. A língua é considerada opaca e heterogênea, conseqüentemente, ela não é transparente e homogênea como muitas vezes aparenta ser; isto faz com que ela seja “capaz de equívoco, de falha, de deslizes”. (MUTTI, 2004, p. 23).

É importante perceber que o sentido não está “colado” na palavra, é um elemento simbólico, sempre incompleto; por isso o sentido pode escapar. O enunciado não diz tudo, devendo o analista buscar o efeito dos sentidos, para o que precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável pela da interpretação. (BARDIN, 1977).

A Análise do Discurso não abre mão da língua, que se forma na materialização da fala, contando com os planos materiais e simbólico. O discurso produzido pela fala sempre terá relação com o contexto sócio-histórico. Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (BARDIN, 1977). Portanto, podemos inferir que na Análise do Discurso “todo dizer é ideologicamente marcado”. (BARDIN, 1977, p. 56). Nesse método, o sujeito não é individual, “é assujeitado ao coletivo”, ou seja, em nível do inconsciente, quando o sujeito interioriza o conhecimento da construção coletiva, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido. Bardin entende o “assujeitamento coletivo” como o movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia” (BARDIN, 1977, p.58). Por exemplo, o discurso de gangues e galeras entre adolescentes é permeado de palavras cujo significado não é o mesmo para o restante da sociedade.

Considerando que o método trabalha com o sentido heterogêneo do discurso marcado pela história e ideologia, é possível que, pela Análise do Discurso, não se possa descobrir nada novo, apenas fazer nova interpretação ou releitura do que foi dito. Destaque importante a ressaltar é que o método mostra como o discurso funciona sem pretensão de dizer o que é certo, por não estar em julgamento. “O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; existem antes do sujeito; constituídos pelo coletivo. O intradiscurso é a materialidade (fala), a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso.” (BARDIN, 1977, p. 46).

A interpretação do discurso “é um ‘gesto’, ou seja, ato em nível simbólico. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história. Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade” (MUTTI, 2004). O gesto de interpretação é assumido, como sendo simbólico que dá sentido fazendo a significação. “Não há sentido sem interpretação”. Assim considerando, sempre deverá existir uma interpretação para dar visibilidade ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir no seu discurso. Na interpretação, o analista é intérprete, que faz leitura também discursiva, influenciada pelo afeto, posição, crenças, experiências e vivências; assim, a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá sentido.

Ao pesquisador que se lança ao desafio de utilizar o método da Análise do Discurso, compete informar o enfoque analítico dado à pesquisa. Qualquer elemento pode ser estudado enquanto marca linguística, ou “marca de discurso”. O pesquisador seleciona poucas marcas linguísticas para interpretação. Destaque importante consiste no fato de que na Análise do Discurso não é necessário analisar tudo que aparece na entrevista, pois se trata de análise vertical e não horizontal. O importante é captar a marca linguística e relacioná-la ao contexto sócio-histórico. Deste modo, leituras do texto farão com que o analista do discurso não estranhe palavras ou formas sintáticas que marcam o discurso.

Nesse contexto, é importante explicar o motivo que induz a escolha do recorte sócio-histórico neste estudo. No trabalho com adolescentes que vivenciaram conflito com a lei, é imprescindível observar as “condições” de produção do discurso de cada um, representadas no corpo em análise, bem como a necessidade de ilustrar as condições da sua constituição.

Delimitado o eixo temático “Do acolhimento institucional de adolescentes no Recanto da Luz: processo de desinstitucionalização” há trabalhar no sentido de estabelecer “recortes discursivos”, em que se representar linguagem e situação. O recorte resulta da teoria e é construção do analista; no estudo do recorte buscamos caracterizar as regularidades na “formação discursiva”, no confronto com sentidos heterogêneos. As regularidades das marcas linguísticas do adolescente aparecem no discurso e fazem parte da identidade de cada um trazendo sentidos pré-constituídos que figuram na memória do dizer da sociedade ou da comunidade, ou da “tribo” em que se inserem. Assim considerando, a interpretação deverá ser feita sempre entre interdiscurso e intradiscurso chegando às posições representadas pelo adolescente pelas marcas linguísticas.

A Análise do Discurso, como propomos efetivar neste estudo, busca efeitos de sentido

que se apreende mediante interpretação, sabendo, no entanto, que esta é passível de equívoco, pois, embora a interpretação tenha objetivo de ser clara, na realidade existem muitas e diferentes definições do mesmo discurso ou linguagem usada enquanto que os sentidos não são tão evidentes como parecem ser. (BARDIN, 1977)

Mutti (2004, p. 36) sugere que se deve apelar a análise do discurso “sob o prisma de uma leitura interpretativa”. Embora “seja mais relevante para as ciências da linguagem, ela está presente no exercício das ciências humanas”; portanto, a interpretação cabe ao “analista da linguagem quanto à do cientista em geral”.

Bardin (1977, p. 48) esclarece as diferenças entre as duas formas de Análises do Discurso e de Conteúdo indicando que na análise do discurso trabalhamos com o sentido e não com o conteúdo. A Análise do Discurso preocupa-se em compreender os sentidos do sujeito por meio do seu discurso. A linguagem não é transparente, senão opaca, por isso, o analista de discurso se põe diante da opacidade da linguagem. O pesquisador, ao utilizar a Análise do Discurso, faz leitura do texto enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produção de sentidos.

A aproximação do tema foi dado devido a freqüente divulgação da mídia com relação a situação de vulnerabilidade da criança e adolescente, nas Unidade de Acolhimento. Fortalecendo assim, \ curiosidade devido a lacuna de políticas publicas em relação a desinstitucionalização dos mesmo.

No período de no estágio, surgiram questionamentos em relação a história dos egressos acolhidos e realização do processo. Levaram-se os questionamentos em consideração, abandono, maus tratos e reintegração de adolescente ao convívio familiar e a sociedade.

Feitas considerações tenha-se, na íntegra, a fala de entrevistados por categoria analítica no terceiro capítulo deste trabalho.

3 CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo articula t categorias complementares ao entendimento do tema, cujo entendimento não pode ser alcançado de modo isolado ou estanque. Assim, e tão somente para efeito metodológico, as categorias “adolescente”, “políticas públicas” e “acolhimento institucional” estão neste capítulo subdivididas em tópicos sequenciais e complementares.

3.1 Adolescência: Categoria em questão

Ao destaque a categoria “adolescente”, objeto de análise deste estudo, encontramos vasta produção teórica de natureza sociológica, antropológica, filosófica, psicológica, sobre o tema.

Interessa destacar que a categoria “adolescente” é compreendida neste estudo tal como definido no ECA, o qual caracteriza criança é idade até doze anos incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade, determinando que ambos usufruam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, sem prejuízo da proteção integral. Também estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A prioridade, que trata a Lei compreende primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento dos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos em áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Recentemente, o governo brasileiro editou o Estatuto da Juventude, pela Lei N° 12.852 de 05/08/2013. No que se refere ao desmembramento, por faixa etária das categorias “adolescente” e “juventude”, vale aqui destacar o que determina o novo Estatuto, o qual define em seu §1º:[...] são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. E em seu § 2º adverte: “Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o ECA e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”. No seu § 12 recomenda: “Para

aqueles entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional”, devem ser formuladas políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.

Há neste estudo, interesse em destacar a condição de vulnerabilidade que expressivos contingentes de adolescentes na cidade de Fortaleza, emergiu a necessidade do exame da legislação e da literatura específica. No caso da convergência de faixas etárias entre o ECA e o Estatuto da Juventude, por se tratar, este último, de determinação legal recente ainda não temos referências para mensurar ou avaliar as repercussões das dificuldades gerenciais dos casos em que a prática da violência ou outras situações convergentes para adoção de medidas judiciais de acolhimento institucional possam repercutir em dificuldades principalmente entre adolescentes empobrecidos, na condição de abrigo institucionalizado para cumprimento de medidas socioeducativas ou privação de liberdade.

Estar inserido em grupo de pares significa comportamento saudável do adolescente. Não fazê-lo caracteriza problema, inclusive de depressão. O adolescente gosta da escola na relação em que gosta dos grupos a que pertence. Não adaptação ao grupo, dificulta sua adaptação a escola. O encontro dos grupos vai depender de suas características (HEIDEMANN, 2006).

Escola, clube, igreja, lanchonete, dizem-se locais de base de apoio aos grupos. Há formação de os encontros, em residência, é bom sinal para o adolescente da casa, pela boa aceitação de ambas as partes e a possibilidade de proteção contra a violência que impera nas ruas. A família não perde o adolescente, ganha seus amigos, que sempre precisam de adulto por perto, sem impor padrões de comportamento (HEIDEMANN, 2006).

A adolescência é marcada por mudanças psico-afetivas e de conduta, constituindo um dos grupos mais sensíveis aos graves problemas na atualidade fome, miséria, desnutrição, analfabetismo, prostituição, violência, abandono, independência quanto aos horários e locais para realizarem suas refeições. Na maioria das vezes comem rápido e fora de casa, encontram-se muitas vezes em situações indesejadas inoportunas, de difíceis soluções, uso de drogas, infecção pelo HIV/AIDS, gravidez indesejada, entre outras. (RASPANTI; LMPS, 2000)

O adolescente não pode ser tratado de forma padronizada, desconsiderando onde reside, o que pensa acessos aos serviços sociais, histórias de vida, interações afetivas, violências, sociabilidade, laços familiares, padrões morais e religiosos.

Têm-se como produção imbricada à construção social, subjetividades, regras, símbolos, valores, ideias, disciplinas, experiências, diferentes sociedades, culturas e grupos de pares. Também levam-se em conta especificidades de vida, considerando condições, padrões de igualdade/desigualdade que interferem na configuração do jovem.(MPAS; FUNABEM, 1978).

A noção de socialização tem sido banalizada, costumando designar de modo aproximado a capacidade de cada um integrar-se na vida coletiva ou, de adaptar-se a certas formas institucionalizadas de vida coletiva.

Na realidade, denúncias de desvio de comportamento social provocam juízos de valor estigmatizantes e, via de regra, concorrem para a intervenção institucional com vistas aos ajustes de sujeitos às normas impostas pelo ambiente social que circunscreve a sua existência. Assim sendo, a socialização pretendida em determinado contexto histórico pressupõe dessocialização e ressocialização sucessivas. “Ela é a conquista nunca alcançada de um equilíbrio cuja precariedade garante o equilíbrio” (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393).

No momento em que instituições definem recorte de idades para efetivarem diferentes atividades socializadoras, deixam de considerar outras etapas da vida em que certamente vivências do passado interferem na condição presente e o momento vivenciado na instituição muitas vezes passa ao largo, sem considerar perspectivas de futuro.

A segmentação cada vez mais acirrada de idade para ingresso e saída da instituição deixa lacunas invisíveis no trato de questões inerentes à própria institucionalização de adolescentes. Por outra via, suscitam-se necessidades de criação de espaços institucionais para trabalho de resultado não alcançado pela instituição anterior abrindo espaços para mercado onde diferentes instituições se lançam com objetivos de conciliar etapas de socialização.

Nessa lógica, cada idade, cada etapa, cada sexo, cada situação vai concorrendo para determinar diferentes necessidades de criação e manutenção de distintas instituições pensadas para corresponder a objetivos específicos de tratamento de casos onde comportamentos “desviantes” são considerados como metas da socialização. (MOLLO-BOUVIER, 2005)

Diferentes tempos sociais acabam por impor necessidades de criação de diferentes instituições onde políticas sociais de arranjos são concebidas e implantadas sem, no entanto, responder as necessidades do adolescente quem definem como sujeito de intervenção.

É importante considerar que as condições de vida de adolescente estão diretamente relacionadas a circunstâncias e fatores em que a família, Estado e sociedade exercem papéis determinantes, mais quando essa criança é de família em situações de riscos pela pobreza.

3.2 Políticas Públicas

O conceito de políticas públicas, defendido por Teixeira (2014, p.02), compreende “um conjunto de diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público”. Porém não existe única ou melhor definição sobre política pública. No campo acadêmico, a definição conhecida do conceito é defendida por Laswell (1958) : decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: “quem ganha o que, por quê e que diferença faz.” A abordagem sobre políticas públicas neste estudo, pela temática em foco, requer pensar sobre estratégias do Estado em diferentes momentos históricos com vistas às questões que envolvem os adolescentes na condição de abrigo institucional. Interessa ao debate, a complexidade da ação estatal pelos organismos, instâncias administrativas, aparatos financeiros em diferentes níveis de poder federal, estadual e municipal, responsáveis pelo planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Existem elementos que contribuem para determinado problema se insira na agenda governamental, como política pública, entre os quais citem-se, a título ilustrativo: indicadores, que são dados que mostram a condição de determinada situação. Com indicadores em situação problemática, ela poderá se constituir como política pública. Exemplo é alta taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas nos primeiros meses o que resulta em upolítica pública voltada para esse segmento.

Indicativo consiste nos eventos simbólicos que concorrem para situações que, pela repercussão social que provocam, chamam a atenção para determinados problemas, envolvimento de adolescentes com drogas, a prática de crimes violentos que, pela comoção dão início a ações do governo na busca de evitar o agravamento de questões ou problemas na sociedade.

Para além da perspectiva de caridade e do assistencialismo, a questão social³ no Brasil é tratada como “caso de polícia”. No início da República, os pobres eram presos porque eram

³A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e

pobres. “Ser pobre era uma contravenção; seu comportamento era considerado um comportamento fora dos padrões da normalidade. Assim, o atendimento á população pobre procurava adestrá-los, torná-los dóceis e resignados com a condição vivenciada”. (COUTO, 2006, p. 05).

3.2.1 Políticas Públicas Voltadas para a Criança e o Adolescente

Com vista para as políticas de atenção à criança no Brasil do século XX, diferentes leituras revelam prioridade sobre necessidades emergenciais. Nas primeiras décadas, ações assistenciais, em grande parte eram oriundas da Igreja Católica, cabendo a ela o exercício das tarefas relacionadas ao atendimento aos órfãos e crianças pobres, assim como doentes, idosos e viúvas. A perspectiva do atendimento era repressiva, assistencialista, voltada para doação caritativa e sem interesses imediatos, movidas por valores de ordem religiosa.

Com o Código de Menores, criado em 12 de Dezembro de 1927, por meio da Lei 17.943-A, que a atenção à infância tomou proporções significativas como ação social do Juiz de Menores, quando foram consolidadas as leis de assistência e proteção aos menores, destinadas às crianças de 0 a 18 anos. O enfoque da justiça era voltado ao assistencialismo e ao paternalismo. O Código de Menores submetia qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, à ação da Justiça e da Assistência. De acordo com Kaminski, “o dever do Estado em assistir os menores que devido a pobreza, ao abandono ou á morte dos pais tornavam – se dependentes da ajuda e da proteção pública como única forma de sobrevivência.” (KAMINSK, 2002, p. 26). Segundo o mesmo autor, com a criação do Código de Menores em 1927, o Estado assume em caráter definitivo as responsabilidades e obrigações com as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

No governo de Getúlio Vargas, a infância faz-se questão de defesa nacional, ocasionando uma série de iniciativas legislativas e administrativas, a superar antigos problemas, bem como propiciar maior proteção à infância, tratando-a como categorias distintas: menor e criança.

Em 1941, é criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), seguido da Legislação Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, por iniciativa da Primeira Dama Sra. Darcy

burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” CARVALHO E IAMAMOTO, 1983, P. 77)

Vargas, surge para promoção serviços de assistência social, em especial às famílias de brasileiros convocados na 2ª Guerra Mundial.

A criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM, 1964) e da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEMs) levou o Juizado dos Menores a ocupar-se exclusivamente do direito do adolescente, com ênfase nos infratores, e as Fundações assumiram os encargos de formulação e execução das políticas de atendimento.

Em meados da década de 1980, o Brasil avança no campo democrático com o fortalecimento de movimentos sociais de caráter reivindicatório e de denúncias de violações aos direitos humanos. Na área da infância e juventude, iniciava-se uma ampla mobilização nacional em prol de projeto que envolvia a elaboração e aprovação de nova legislação para todas as crianças e adolescentes. (Art.3. ECA)

N regulamentação dos os Artigos 227 e 204 da Constituição Federal de 1988, em 1990, cria-se uma legislação de defesa, de proteção e desenvolvimento integral da criança e o adolescente com a Lei Federal 8069/90- o ECA.

Além do ECA, entra em vigor a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.724, de 07/12/1993. O País vivencia momento de grandes transformações da legislação também nas áreas de saúde e educação, entre esferas vinculadas à execução das políticas públicas nacionais. Aparato legal conduziu a gestão das Políticas Públicas voltadas para a criança e para o adolescente a transformações em seus pressupostos, objetivos e mecanismos operacionais.

As transformações procuram adequar o Brasil às exigências e pressões mundiais pela garantia de direitos dos povos excluídos no mundo, como um requisito indispensável para o país adentrar ao mundo da globalização da economia. Sentar à mesa de discussões de temas de interesse mundial não seria possível, se o governo brasileiro permanecesse indiferente às questões afetas à má gestão pública que secularmente gerou e agravou as desigualdades econômicas e sociais (NOGUEIRA, 2004).

As nações desenvolvidas fazem verdadeiro “cerco aos governos” de países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e, nesta lógica, a posição do Brasil é de subordinação aos determinantes internacionais para adequar-se às exigências que lhes são impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros organismos.

NO processo de transformação e reordenamento institucional, o país começa a (re) pensar as práticas em todas as esferas de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas em geral.

No caso específico de políticas voltadas a infância e para a adolescência, o norteamento dos postulados internacionais adquire relevância. É quando emerge a necessidade do fortalecimento das famílias para garantia do desenvolvimento infantil. A centralidade na família adquire relevância e a criança não é mais vista de modo isolado. O trabalho com criança e adolescente passa a exigir o envolvimento da família (LOAS, 1993).

Assim compreendendo, é importante pensar à luz dos determinantes do ECA, o acolhimento institucional não simplesmente como uma medida voltada ao cumprimento de uma medida socioeducativa, mas nas possibilidades que essa iniciativa desenvolve nas articulações entre a saúde, assistência social, educação, cultura, esporte, qualificação profissional, economia e segurança pública, compreendidos sob o enfoque de “redução de danos” e perspectiva de desinstitucionalização.

O conceito de Redução de Danos (RD) emerge, na década de 1980, em resposta às necessidades urgentes de reduzir o risco de epidemia de viroses sanguíneas em pessoas usuário de drogas ilícitas injetáveis, em movimento internacional. Desde então, o conceito tem assumido influência nas discussões dos profissionais de saúde. (OSTERNE, 1991)

A política de RD historicamente consiste na demanda da comunidade sensibilizada pela problemática que envolve pessoas com vivência de drogas. Trata-se de um princípio importante e influente, mas pressupõe intervenção de cuidados primários no campo da saúde.

Para Osterne (1991), RD refere-se a políticas, programas e projetos que objetivam reduzir prejuízos à saúde, ao social e econômico, associados com o uso de substâncias psicoativas. Suas ações são baseadas em evidências e, assim, em plano de ataque com custo efetivo, objetivando trazer benefícios para o indivíduo, comunidade e sociedade.

Mesmo que não necessariamente a questão do uso indevido de drogas seja determinante para a institucionalização de adolescentes, considerar a possibilidade de intervenção profissional na redução de danos parece importante para viabilizar novos projetos de vida entre os adolescentes institucionalizados.

Pesquisa divulgada pelo Jornal “Diário do Nordeste”, em 2009, destaca a falta de políticas públicas como condicionante à ocorrência de infrações contra criança e adolescente.

Com o título “Omissão que reduz ao Crime”, a matéria trouxe destaques relevantes para esta pesquisa, a saber:

Quando mães e pais em situação de miséria quase absoluta, sem o benefício de políticas públicas que garantam os direitos básicos do ser humano, saem de casa para trabalhar e deixam seus filhos sozinhos sob cuidados de uma criança mais velha, cometem o “crime do abandono de incapaz” e pode cumprir pena de seis meses a três anos de detenção, além de correr o risco de perder a guarda dos filhos (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2009).

Em cenário de grandes desafios para famílias pobres de Fortaleza, a problemática exige do poder público adoção de políticas públicas capazes de atender às demandas, não somente pela educação infantil, mas também pelas oportunidades concretas de inclusão de adolescentes e jovens em oportunidades concretas de desenvolvimento pessoal e inclusão social, que se desenvolve este estudo. Afinal, é fácil perceber quando na infância a proteção social falha, o destino de adolescentes está fadado às circunstâncias de proteção social especial. Sem oportunidades de vivenciar o encontro com a educação formal, a qualificação profissional, prática esportiva e participação ativa em eventos culturais, adolescentes acabam vulnerabilizados e passam a vivenciar situações de risco convergentes para a necessidade do acolhimento institucional para cumprimento de medidas socioeducativas.

3.3 Acolhimento Institucional

Compreensão o acolhimento institucional de adolescente separado da família em situação de risco e violação de direitos tem se tornado um desafio cada vez mais intenso. As leis são criadas em resposta ao desejo de mudança, à pressão social e aos questionamentos que segmentos da sociedade fazem em relação a velhos conceitos e valores. Elas expressam processo de transformação na sociedade, convocam e até obrigam a disseminação de mudança.

No que concerne ao atendimento em acolhimento institucional de adolescente, ao longo do século XX, leis, até a aprovação do ECA, determinaram formas de acolhimento institucional: o Código Brasileiro do Menor (o Código de Mello Matos, 1927) e o Código de Menores (1979). Ambos traziam uma proposta de proteção social, na qual prevalecia uma visão culpa unicamente as famílias de criança acolhida em instituições pelas suas dificuldades, classificando as crianças e os adolescentes como “vadios”, “libertinos”,

“perigosos”. Propunham repressão e legitimavam as grandes instituições de confinamento dos chamados “carentes” ou “abandonados”.

Descuido, violência e opressão de instituições públicas de atendimento, no Rio de Janeiro e em São Paulo, levam a críticas e denúncias. Classificadas como “depósitos de menores”, “internatos prisão”. Isto favoreceu, conforme tópico anterior, a criação da FUNABEM, que define a Política Nacional do Bem Estar do Menor. (GULASSA, 2010)

No período entre 1965 e 1990, a FUNABEM reformou o modelo de atendimento institucional oferecendo parâmetros nacionais para as fundações estaduais, no entanto, grandes instituições –públicas e privadas - mantiveram as crianças e os adolescentes segregados socialmente, oferecendo um atendimento que repetia a cultura da violência, opressão, humilhação e exclusão social dos atendidos.

A preocupação com o fenômeno das “crianças de rua” incentivou acadêmicos a aprofundarem o conhecimento sobre esta situação. Foram feitos estudos sobre crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, na época chamados de “internos”. As discussões sobre o assunto fomentaram o surgimento de movimentos sociais de defesa da criança e do adolescente em situação de risco, que, por ocasião da Assembleia Constituinte de 1988, conseguiram sustentação para a mudança que seria trazida pelo ECA. (GULASSA, 2010)

Falhas de políticas públicas de Proteção Social Básica, como proposta de Política Nacional de Assistência Social (PNAS), são convergentes para agravamento de situações de vulnerabilidade e risco social entre adolescentes.

Quando importância da infância e da adolescência, período de desenvolvimento e de construção do sujeito, é negligenciada faz com que o tema de proteção especial assumira força sob o amparo de leis e múltiplas expectativas dos diferentes atores, responsáveis pela garantia de eficaz aplicação (GULASSA, 2010).

Reflexões sobre direitos humanos acontecem no país e no mundo e, em especial, os de criança e adolescente, hoje legalmente reconhecidos como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta no atendimento em qualquer serviço.

Apesar do desejo compartilhado e objetivado em lei de que lugar de criança e adolescente é na família, muitos se encontram em acolhimento institucional, que assegurar proteção e desenvolvimento (GULASSA, 2010).

O acolhimento precisa ganhar identidade e reconhecimento necessários ao exercício de delicada e complexa função e este estudo pretende contribuir para reflexões em torno de

questões não só de acolhimento, mas essencialmente do processo de desinstitucionalização pela preocupação que estamos com a construção e o desenvolvimento do adolescente e de seu reconhecimento social.

A História do Brasil nos conta que antigos orfanatos que recebiam crianças e adolescentes deixavam-lhe a marca da massificação e do abandono. A necessidade de se ter instituições e, ao mesmo tempo, sua condenação, foram contradições sempre polêmica. Avanços têm ocorrido, principalmente, com a aprovação do ECA (1990), mas situações contraditórias ainda hoje se mantêm.

Significativo movimento de mudança se faz presente em organizações de acolhimento institucional (abrigos institucionais, casas-lares, repúblicas, casas de passagem) que se dedicam ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Tudo começou com reflexões sobre a efetividade do sistema de garantia de direitos da criança e dos adolescente, por meio de se constatou a necessidade de medidas que possibilitem colocar em prática o que o ECA propunha desde 1990. O Movimento reflexivo foi sendo disseminado por todo o país por meio de grupos de trabalho, seminários, conferências e debates, promovendo um novo olhar sobre a questão. Além disso, tem produzido impacto na rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), exigindo que cada serviço repense sua abordagem operacional.

Sabe-se que para a mudança acontecer, toda a rede tem de ser revista. Assim, novas possibilidades de articulação e de ação também são esperadas das Varas da infância e Juventude, dos conselhos tutelares e de outros serviços sócio-assistenciais.

SGD ou SGDCA é composto por órgãos e instituições do poder público e da sociedade civil e tem o papel de efetivar direitos infante-juvenis em torno de três eixos: Promoção, defesa e controle. Dele fazem parte os conselhos de direitos – nacional (CONANDA), e estadual (CONDECA) e municipal (COMDICA) –, Varas da infância e da Juventude, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, centros de defesa e delegacias especializadas etc. (RESOLUÇÃO 113 CONANDA, 2006)

O Acolhimento institucional é parte integrante da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por reunir um conjunto de ações e serviços especialmente destinados à infância e juventude em contextos de privação provisória da convivência familiar.

O termo “acolher”, de acordo com o dicionário Aurélio (1998), significa o ato de atender, receber, tomar em consideração, em atenção, agasalhar. De acordo com o ECA, entende-se por acolhimento institucional, o espaço de proteção, provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram os direitos violados, não implicando privação de liberdade.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014), o Serviço de Acolhimento Institucional é prestado em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

A organização do serviço de acolhimento garanta a privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos, raça/etnia, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização e serviços disponíveis na comunidade local. (MDS,2014).

As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Para ter acesso ao Serviço de Acolhimento, o adolescente deve ser encaminhado por determinação do Poder Judiciário; por requisição do Conselho Tutelar. Nesse caso, a autoridade competente deverá comunicada, conforme previsto no Artigo 93 do ECA. (MDS, 2014)

É atribuição das entidades (governamentais e não governamentais) do Programa de Acolhimento Institucional, a preservação dos vínculos familiares e, para tal, a instituição efetiva formas as mais variadas, seja pela intervenção de profissionais habilitados junto às famílias, seja facilitando e aproveitando as visitas de familiares para estudos e intervenções, no acompanhamento regular dos processos judiciais e na emissão de dados estatísticos para os Conselhos Tutelares e de Direitos de forma que sejam elaborados projetos que atendam aos direitos dos sujeitos.

A demanda de atendimento em acolhimento institucional é complexa, pois cada criança e adolescente possuem história, de diferentes formas de violação de direitos. Cada caso deve ser acompanhado individualmente: adolescente como a família e toda rede que está em volta dela. As medidas de proteção constroem dentro de um projeto baseado na concepção crítica/dialética com possibilidades de orientar ações conforme pedagogia emancipatória com vistas à efetivação dos direitos adolescentes enquanto sujeitos históricos.

4 CAPÍTULO III - PESQUISA DE CAMPO

Como referido ao longo deste estudo, compreender a condição do adolescente interno para o cumprimento de medidas socioeducativas e vivenciado o processo de desinstitucionalização configurou-se relevante, primeiramente por seu caráter questionador, devido a frequentes casos de reincidência. Depois, pelos constantes apelos da imprensa em denunciar falhas do sistema de proteção social aos adolescentes em conflito com a lei. A realidade fez nascer interesse em investigar, sob a ótica do interno, e de profissionais envolvidos com a questão, a repercussão da institucionalização na vida do adolescentes e, pelos achados, desenvolver análises com o fim de subsidiar propostas voltadas ao aprimoramento das intervenções.

Ao longo deste estudo, apresentam-se e discutem-se referências bibliográficas e documentais sobre o tema e neste capítulo o interesse se volta para discutir os resultados do trabalho de campo.

A pesquisa de campo revelou-se necessária dada a amplitude da questão, tendo sido oportuna a definição da abrangência restrita a Unidade de Acolhimento como estratégia facilitadora do alcance dos objetivos norteadores do estudo. Ampacada pelas demais, enriquece a análise pela abordagem prática que se concretiza na participação de atores sociais diretamente envolvidos com o tema.

Passamos então a apresentar e discutir os resultados do grupo 1, por 4 (quatro) adolescentes internos na Unidade Recanto da Luz.

No que concerne à entrevista propriamente dita com adolescentes teve-se a ensinamentos de Oliveira (2013, p. 95): “[...] temos mania de achar que todo mundo vai se abrir como uma mala velha diante da gente. As pessoas não se abrem facilmente, mas se repetirmos a disponibilidade, elas poderão confiar-nos suas histórias”. Para Oliveira, é importante que profissionais (psicólogos/psiquiatras/assistentes sociais) sejam de confiança. Há a necessidade de ouvir essas pessoas, pois “Se você se mostra disponível para ouvir, invariavelmente se abrem” (OLIVEIRA, 2013, p. 95). Assim, no trabalho de entrevista com adolescentes e profissionais, têm-se os devidos cuidados e habilidades para ouvir, registrar enfim sistematizar aquilo que foi possível identificar durante o diálogo.

Entre os adolescentes da amostra para este estudo, identifica-se, quanto à faixa etária, a seguinte composição: o mais jovem interno, (nome fictício Bruno), tem 14 (quatorze) anos, César com 15 (quinze) e dois com idade de 16 (dezesesseis) anos, (João e Arthur). Destacamos

que não fugimos aqui do limite de 15 anos inicialmente referendado seguindo determinantes do ECA, mas no decorrer do estudo a idade de dois dos adolescentes mudou de 15 para 16 anos. Todos do sexo masculino e todos os demais critérios de seleção da amostra foram considerados. Vale ressaltar-se que os nomes são fictícios para preservar os adolescentes.

4.1 Perfil dos adolescentes entrevistados

No quesito escolaridade, identificamos entre os integrantes da amostra a seguinte situação: Arthur está cursando o 2º ano do ensino médio (integrado com o curso técnico de segurança do trabalho); já César cursa o 6º ano de uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em situação de distorção idade-série; João, o 7º e Bruno o 8º ano.

4.1.1 Percepção dos adolescentes entrevistados

A percepção dos adolescentes sobre vulnerabilidade e risco pessoal e social, é o tema com infinidade de abordagens. Uma é relevante para este estudo: Representações Sociais, em três questões distintas, correlatas: cumprimento de medidas socioeducativas; a compreensão do processo de institucionalização e desinstitucionalização, principalmente no que se refere às expectativas de retorno ao convívio familiar.

Segundo Moscovici (2004 apud REIS; BELLINI, 2011), “a teoria das Representações Sociais trata da produção do saber social”. O foco é a “análise da construção e transformação do conhecimento social no intuito de elucidar como a ação e o pensamento se interligam na dinâmica social”. Entende-se, que tudo o que se estuda relacionado às Representações Sociais, são frutos dos conhecimentos daquilo que o ser humano constrói desde seu relacionamento com o seu meio.

Assim, sobre os motivos que determinaram a internação do adolescente identificam-se as representações sociais de cada um das próprias vivências tendo-se a seguinte realidade: Um deles se referiu à “bebida” e “má conduta”, com início aos 11 anos. Entre as drogas mais letais no mundo está o álcool. Por ser ilícita, seu consumo é amplamente disseminado e os efeitos, apesar de desastrosos, não a fazem proibida. De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS), há cerca de dois bilhões de consumidores de álcool no mundo. (2012), droga depressora do sistema nervoso central o álcool consumido em excesso, causa desaceleração das funções neurais, muitas vezes irreversível. Para além do comprometimento com a saúde,

as relações familiares e sociais ficam fragilizadas e concorrem para agravar a condição de vida de adolescentes empobrecidos.

Sobre os motivos da internação, tem-se a seguinte realidade: César refere “bebida” e “má conduta”, com início aos 11 anos. João, disse ser por “abandono”. Literalmente falou: “minha mãe me abandonou e meu pai morreu de overdose de cachaça”; Já Bruno por não querer ficar com o pai, e, verbalizou:” porque ele me batia”. Por fim, Arthur destaca a negligência familiar como motivo de sua internação.

Esquecer foi as formas de violência e tudo o que foi vivenciado durante meses, anos e, décadas, não é tarefa fácil – nisso reside a dificuldade de mudança. Esquecer abusos, muitas vezes dentro da própria casa, álcool, cigarro, crack, cocaína, rua e moradores não é tarefa fácil; tudo o que lhe é familiar há ser mudado – enfrentar o novo (desconhecido) é uma grande barreira.

Ademais, existem barreiras na sociedade e na cabeça do adolescente institucionalizado e permanece o questionamento: “Qual a reação das pessoas?” “Como conseguir ser aceito sem carregar o estigma da violência, do medo, da desconfiança e da indiferença?” “Como deixar de ser visto como bêbado, drogado, vagabundo, coitado, perigoso, etc?” E mais, “como tratar com a “invisibilidade” social?” “Como mudar a percepção de não pertencimento à sociedade?” (MATTOS, 2003, p. 75).

No que se refere ao tempo de permanência na Unidade, tem-se por mais de um ano entre eles aquele com menor espaço de tempo de internação tem 1 anos e 1 mês; e aquele com maior tempo contam 2 anos e 8 meses. Destaque para Bruno que verbaliza: “Não quero voltar para casa porque gosto daqui”.

As instituições governamentais, e não governamentais, dificilmente conseguem recuperar o adolescente. A dificuldade é para onde irão, pois, na maioria das vezes, o antigo lar é o mesmo que fez procurar as ruas.

Arpini e Gonçalves (2011) veem que a motivação das crianças, adolescentes e jovens passarem à situação de rua diz respeito a traumas decorrentes da violência daqueles que, pela lógica, deveriam protegê-los:

Podemos pensar que é justamente por ter sofrido tanto na vida familiar que esse adolescente vai buscar um refúgio na rua e lá vai ao encontro daquilo que ele mesmo acusa de ser causa de violência e de ter lhe causado tanto sofrimento, levando-o a sair de casa. Uma relação complexa e difícil de ser barrada quando não há alternativas de enfrentamento a essas experiências ficando os adolescentes sem opções que pudessem fazer frente a esta que tem se colocado para muitos como a única possibilidade (ARPINI e GONÇALVES, 2011, p.447).

Parcela significativa da população em situação de rua é formada por crianças, adolescentes e jovens que sofrem violência familiar. Talvez seja o grupo que mais sofre com preconceitos. Além da invisibilidade social, essas crianças sofrem o estigma da violência. Frequentemente são tratadas como ponta de lança de organizações criminosas devido à sua condição de “inimputabilidade” penal – as formas de enfrentamento aos adolescentes infratores, quando aplicadas, não podem estender-se à sua maioridade. Esses indivíduos passam às ruas através dos mesmos caminhos que a população adulta: problemas familiares (negligência, abandono, violência, abusos etc.) que invariavelmente levam às drogas e a outras formas de violência.

Indagamos aos adolescentes sobre o que mais gostavam de fazer na Instituição e obtivemos as seguintes respostas: César afirmou que era: “Jogar bola”; João disse: “Conhecer pessoas novas, se divertir”; Bruno: “Tomar banho de piscina e comer pizza”. Sem negar a importância do futebol, do banho de piscina e de atividades lúdicas para a educação social, esportiva e cultural dos internos, entendemos que outros valores devem ser cultivados a exemplo da importância das visitas/ convívio com seus familiares, uma iniciativa determinante para o desligamento de um adolescente de uma Unidade de cumprimento de medida socioeducativa. Sem fazer referência a essa possibilidade, um dos entrevistados (Arthur) mudou o tom da compreensão de sua institucionalização como mero momento de lazer atribuindo um valor significativo a ressocialização: “Estar na escola é um lazer”, o mesmo acrescentou que não gosta de participar das atividades extras: praia, piscina (não gosta de ir junto com o grupo da Unidade).

Para garantia da ressocialização, é importante que sejam articuladas políticas de prevenção à violência familiar. O Estado deve ter participação efetiva através de programas educacionais e de atendimento psicossocial as famílias com histórico de perturbações mentais e emocionais devido ao álcool e outras substâncias psicoativas e, até congênicas.

Outra indagação direcionada aos alunos se deu com a expectativa de compreendermos a representação que cada interno faz de sua própria institucionalização e assim considerando perguntamos: “A institucionalização transformou sua vida?”

Como resultado de tal investida, obtivemos unanimidade de respostas: todos disseram sim. A institucionalização transformou suas vidas. Como justificativa do “sim”, elencamos as seguintes falas: “Mudança de comportamento, ampliou a perspectiva de vida pessoal, profissional, desejo de me tornar médico. Apesar dos problemas que passei, depende de

vencer os obstáculos” (Arthur). O entrevistado (Bruno) afirmou: “Tudo. Não estar mais apanhando, tenho condições de estudar”. Já João verbalizou: “Me tornei mais obediente e aprendi a respeitar”. No entanto, César destaca: “Passei a obedecer à mãe, aprende a viver a vida (em termo de educação e respeito aos mais velhos), não tenho mais vontade de beber. Tenho vontade de reestruturar a família resgatar tudo que perdeu. Aprendi a ouvir mais”.

Adolescente institucionalizado sofre violência pouco notada ou compreendida: a aceitação – internalização - de que são “vagabundos”, “vândalos”, “trombadinhas”, que em geral oferecem perigo, dignos de pena para poucos. Tal violência é simbólica e, de certa forma, da razão às violências físicas. Segundo Mattos e Ferreira (2003), este não é o aspecto mais agudo da violência, mas o fato dos adolescentes em situação de vulnerabilidade acreditar que são, de fato, “vagabundos”, “loucos”, “sujos”, aceitando que essas denominações os identificam.

Mattos, Castanho e Ferreira (2003) advertem que, ao aceitarem esses conteúdos simbólicos, os adolescentes vulnerabilizados e em situação de risco pessoal e social, constroem e se apropriam dessas referências, pois passam a assimilar interiormente e inteiramente essas tipificações. Entretanto, embora não gostem – e neguem - dessas referências impostas por terceiros, entendem que essas referências emprestam sentido às suas existências, pois constroem sua identidade pessoal.

Estudos de Mattos e Ferreira (2003, p. 52) demonstram que existe, de fato, “[...] uma apropriação das representações sociais a elas atribuídas e, através delas, dão sentido às suas identidades e às condições sociais a que estão submetidas.”

“Qual o melhor aprendizado você viveu na unidade?” foi à última pergunta direcionada aos entrevistados. Dentre as respostas, destacamos: “De não fazer mais o que eu fazia antes. De me tornar um rapaz melhor. Vontade de passar uma borracha de tudo que aconteceu antes. Aproximei - me da religião, nunca imaginei em ficar próximo do pai maior. A fé mudou minha vida. Reforçou ainda:” O abrigo vem sendo bom para mim, pois mudei minha forma de pensar. “Pois tinha vontade de vingança pela morte do meu pai e aqui mudei minha forma de pensar”, afirmou César.

Como podemos observar, as representações sociais são diferentes a depender da visão de quem os percebe. Para a sociedade, os adolescentes que vivenciam o cumprimento de medidas sócio educativas, em geral, são bandidos e o importante é isolá-los, visto que não acreditam em sua reinserção à comunidade. Essa sociedade espera que o Estado invista na higienização dos espaços públicos e privados – há alguma mudança experimentada pela

divulgação na mídia e redes sociais de histórias comoventes de destruição de vidas, entremeadas com experiências de sucesso.

João destacou que: “Ter começado a estudar. Achei o abrigo muito bom, mas preferia estar com minha família”. Ao referir o melhor aprendizado na Unidade, Bruno afirmou: “O estudo, alimentação. Conhece novos amigos. Penso no meu futuro, ter um emprego bom. Comprar uma casa para o meu pai. O abrigo representa a educação em monte de coisa quando sair (Não tem perigo de acontecer nada comigo)”. Por último, Arthur respondeu da seguinte forma: “O melhor aprendizado foi aprender a valorizar as coisas. Agradeço a unidade todo apoio que vivi e revolucionou em tudo na minha vida”.

Como podemos observar, para os próprios adolescentes as representações sociais sobre sua institucionalização são bastante diversificadas, visto que eles interiorizam esse pensamento, passando a reconhecer, em si mesmas pessoas com esperança, à busca de garantia de direitos de acesso aos bens e serviços sociais de responsabilidade do Estado a exemplo da educação, formação profissional e trabalho, dentre outras.

4.2 Percepção dos técnicos entrevistados

Feitas essas considerações passamos, a destacar os resultados que obtivemos com as entrevistas realizadas junto aos trabalhadores da Unidade Recanto da Luz que cotidianamente se relacionam profissionalmente com esses adolescentes entrevistados.

Aos profissionais que trabalham no Recanto da Luz, compete a promoção psicossocial realizando ações através de alianças e parcerias com órgãos públicos, privados, entidades e assim, explorar as áreas de educação, saúde, religião, esporte, arte e lazer na perspectiva de resgatar a cidadania e a auto estima na promoção da qualidade de vida saudável.

No que diz respeito ao olhar dos profissionais sobre as atividades desenvolvidas junto aos adolescentes internos no Recanto da Luz, a advogada afirma que tem a função de: acolhimento ou de Destituição do Poder Familiar. Informação aos adolescentes de cada fase processual. A família é orientada a procurar a defensoria, para fazer a defesa nas presentes ações. Já o psicólogo seria de acompanhamento (individual e em grupo pelo psicólogo); orientação pessoal e vocacional. A pedagoga é de supervisionar e acompanho os trabalhos desenvolvidos pelos colaboradores. E a assistente social é: atendimentos individuais e grupais; escuta ou avaliação; retirada de documentação civil para o exercício de sua cidadania.

Em relação aos benefícios dessas atividades realizadas na Unidade a Advogada afirmou que os processos tendem a ter um andamento mais célere. Os adolescentes e suas famílias passam a entender melhor o andamento do processo. Já o Psicólogo se refere a moradia, alimento, vestimenta, escolar, higiene, acompanhamento (reforço escolar), acompanhamento social e psicológico. A Pedagoga diz ter uma melhoria no desenvolvimento disciplinar, cognitivo e emocional dos adolescentes. E a Assistente Social diz ser a socialização e o desenvolvimento social cultural.

Em contra partida as deficiências são elencadas de acordo com cada profissional, por exemplo, a Advogada reconhece a morosidade do Judiciário; o Psicólogo relata ter poucos funcionários, pouca estrutura de lazer; já a Pedagoga afirma ser o quadro de funcionários/colaboradores qualificados e aptos a trabalhar na unidade; e a Assistente Social seria a falta de recursos para maior eficácia do trabalho.

Este movimento reflexivo sobre as dificuldades de alcance dos objetivos institucionais de desinstitucionalização de adolescentes vem sendo disseminado por todo o país por meio de grupos de trabalho, seminários, conferências e debates, promovendo um novo olhar para esta questão. Além disso, tem produzido impacto na rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), exigindo que cada serviço repense a sua abordagem operacional.

Como fizemos referência ao longo deste estudo, para a mudança positiva acontecer, toda a rede tem de ser revista. Assim, novas possibilidades de articulação e de ação também são esperadas das Varas da infância e Juventude, dos conselhos tutelares e de outros serviços socioassistenciais.

O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes é composto por vários órgãos e instituições do poder público e da sociedade civil e tem o papel de efetivar os direitos infanto-juvenis em torno de três eixos: Promoção, defesa e controle. Dele fazem parte os conselhos de direitos – nacional (CONANDA), e estadual (CONDECA) e municipal (COMDICA) –, as Varas da infância e da Juventude, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares, a Defensoria Pública, os centros de defesa e delegacias especializadas etc. (RESOLUÇÃO 113, CONANDA, 2006)

O Acolhimento institucional é parte integrante da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por reunir um conjunto de ações e serviços especialmente destinados à infância e juventude em contextos de privação provisória da convivência familiar.

Ao ser indagado se os adolescentes são preparados para o processo de desinstitucionalização, todos responderam que sim. No entanto a Advogada, falou que é realizado através da manutenção de vínculo, solicitando ao Juiz autorização para que os adolescentes possam passar finais de semana, feriados e férias com a família e a partir daí começamos o trabalho. “Já o Psicólogo afirmou que existia o processo, mas poderia ser melhor, o mesmo afirmou”. Precisamos ter mais funcionários e gente mais especializados para educar os meninos.” A Pedagoga relata que “são orientados, informados sobre sua situação. Sempre acompanhados, com atendimentos individuais, assim mantendo o adolescente consciente e tranqüilo ao retorno familiar ou transferências para outra unidade. Vale ressaltar que são atendidos por profissionais como: psicólogo, assistente social e coordenadora”. A Assistente Social afirmar ser “Através dos atendimentos e das entrevistas, os mesmos são preparados para o enfrentamento da vida extra unidade.”

O desenvolvimento bio-psico-social e cultural do adolescente sofre influências de sua cultura e sub-cultura, da família e dos companheiros, sendo fator mais poderoso para determinar seu comportamento, a pressão dos grupos de pares. Soma-se a tudo isto, a carência de esclarecimentos sobre sexo e/ou constrangimento provocado pelo tema, fazendo com que os educadores sexuais e os pais desses jovens não assumam seu papel, vendo-se dessa forma, os mesmos iniciarem a atividade sexual no momento em que ainda não estão preparados.

Estar inserido em um grupo de pares significa comportamento saudável para o adolescente. Não pertencer a esse grupo pode caracterizar um problema, inclusive de depressão. O adolescente gosta da escola na relação em que gosta dos grupos de pares a que pertence. Não adaptar-se ao grupo, dificulta sua adaptação também na escola. O encontro dos grupos vai depender de suas características. (HEIDEMANN, 2006).

Um dos questionamentos levantados foi se o Estado acompanha o atendimento aos adolescentes institucionalizados. A Advogada disse: “Sim, Assim temos a responsabilidade de garantir a aplicabilidade do direito à convivência familiar e comunitária nos acolhimentos, e as demais políticas de atendimento”; O Psicólogo falou que “Sim. Através de visitas com relatórios, reuniões de formação na própria secretaria”; Já a pedagoga relatou “Sim. Existe uma parceria com a STDS e Ministério Público” e a Assistente Social diz “Sim. A STDS, órgão do qual somos vinculados, realiza periodicamente uma supervisão técnica onde facilita meios para a funcionalidade de políticas quando torna inviável o trabalho e o Ministério Público favorece encaminhamentos nos casos de extrema necessidade.”

O trabalho dos profissionais do Recanto da Luz procura responder às exigências legais vigentes que hoje determinam o funcionamento de Unidades de Acolhimento Institucional de adolescentes em todo o Brasil. Os métodos, as estratégias e até as rotinas da Unidade são legalmente amparadas pela legislação que procura adequar o Brasil às exigências e pressões mundiais voltadas à garantia de direitos dos povos excluídos em todo o mundo, como um requisito indispensável para que o país pudesse adentrar ao mundo da globalização da economia. Sentar à mesa de discussões de temas de interesse mundial não seria possível, se o governo brasileiro permanecesse indiferente às questões afetas à má gestão pública que secularmente gerou e agravou as desigualdades econômicas e sociais em todo o país (NOGUEIRA, 2004).

Outra indagação direcionada a equipe técnica foi: “Quais as mudanças necessárias para o sucesso da Reintegração Social?” A Advogada, afirmou “Há a necessidade de ações mais estruturadas advindas de todas as esferas, de forma a transformar o acolhimento em medida provisória e excepcional, respeitando-se a condição peculiar, das crianças e dos adolescentes, de sujeitos em desenvolvimento. Deve haver o esforço mútuo dos órgãos para não deixar que a situação hodierna mantenha-se na forma de violência institucional. Apesar dos avanços no campo legislativo, na prática tudo se mantém inalterado ou presente de forma tão sutil que se torna quase imperceptível.”. Já o Psicólogo, disse “Os órgãos de defesa deveriam ser mais entrosados. Maior atuação, também junto as famílias.”. A Pedagoga, diz “Existe sim uma parceria com a STDS (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social) e Ministério Público. Os órgãos especializados se realmente apoiasse as famílias, oferecendo subsídios, condições dignas e resoluções de problemas. Que os órgãos sejam mais comprometidos e atuantes”. E a Assistente Social “Maior articulação entre os órgãos de defesa; melhoria nas políticas de assistência. Que os órgãos de responsabilização, fosse mais atuante junto às famílias que necessitam de serem responsabilizadas.”

A noção de reintegração social, ou socialização tem sido banalizada, costumando designar de modo aproximado a capacidade de cada um a integrar-se na vida coletiva ou, a capacidade de adaptar-se a certas formas institucionalizadas de vida coletiva.

Na realidade, às denúncias de desvio de comportamento social provoca juízo de valor estigmatizantes e, via de regra, concorrem para a intervenção institucional com vistas aos ajustes de sujeitos às normas impostas pelo ambiente social que circunscreve a sua existência. Assim sendo, a socialização pretendida em determinado contexto histórico pressupõe

dessocialização e ressocialização sucessivas. “Ela é a conquista nunca alcançada de um equilíbrio cuja precariedade garante o equilíbrio” (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393).

Por fim, foi questionado “Como a sua atuação contribui para esse processo?”. A Advogada, afirmou “garantindo os direitos individuais dos acolhidos; que os programas sejam aplicados, proporcionando aos mesmos uma vida saudável, com direito a saúde, o lazer e a educação e acima de tudo primamos pela excepcionalidade e provisoriedade na permanência do acolhido na Unidade, mantendo o vínculo familiar e convivência comunitária.”. O Psicólogo “Minha atuação contribui das seguintes maneiras: promover maior tranquilidade e elaboração mental aos meninos; maior harmonia entre os adolescentes; melhorar a interação com a família para posterior regressarem a família; processo de orientação vocacional e passar alguma orientação sobre educação pessoal e ética”. A Pedagoga disse “Participando de eventos como reuniões, encontros, expondo opiniões, idéias e fazendo trabalhos interventores com as famílias e junto dos adolescentes. Orientando, estimulando ao bem estar de todos como: inserir no mercado de trabalho e estudo.”. Já a Assistente Social, relatou ser “Através de encontros e discussões com os órgãos competentes, socializando as dificuldades e levantando sugestões para melhoria do trabalho visando oferecer aos adolescentes uma melhoria na qualidade de vida.”

O acolhimento institucional temporário de adolescentes tem sido criticado em sua eficácia pela constatação de que esses sujeitos permanecem nesses abrigos por um longo período, desenvolvendo uma relação direta ou indireta com um conjunto de pessoas que passam a dividir responsabilidades sobre eles, tais como educadores, técnicos, conselheiros tutelares, juízes, promotores, entre outros. Ao retornarem ao convívio familiar o ambiente é o mesmo: lá vivenciam as mesmas privações, as mesmas vulnerabilidades e não foram criadas novas possibilidades de inclusão social ou de mobilidade econômica, nem para tais adolescentes nem para seus familiares (CONANDA/CNAS,2006).

A partir das contribuições dos profissionais entrevistados vale ainda lembrar que o ECA, no ano de 1990, estabeleceu medidas de proteção que devem ser aplicadas quando estes se encontrarem com seus direitos ameaçados ou violados, seja por atitudes advindas da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua própria conduta, como trata o artigo 98 deste Estatuto.

Nesses casos a aplicação da medida protetiva de abrigo (ECA, art.101, VII) pode se dar tanto por Unidades gerenciadas pelo Estado quanto por Organizações não Governamentais, tal como ocorre com o Recanto da Luz, instituição que se configura como Unidade de

Acolhimento responsabilizada pelo cuidado de crianças e adolescentes, devendo primar pela excepcionalidade e provisoriedade em sua aplicação e suprir as necessidades imediatas e futuras, zelando pela integridade física e emocional do abrigado.

O sistema de proteção vem evoluindo, pelo menos em termos legais, para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos através da aplicação de programas de atendimento e da tentativa de transformação da situação atual. Porém, fica nítida a desestruturação existente na rede de apoio, tanto por parte do município, do judiciário, dos órgãos de assistência.

Como foi possível identificar neste estudo, os adolescentes acolhidos no Recanto da Luz são procedentes de várias comarcas do Estado do Ceará, negando-se ao abrigado a convivência com seus vínculos comunitários e familiares. Por outro lado, depoimentos dos profissionais da Unidade alertam para o fato de que cada Município trabalha de uma forma, uns mais atuantes dos que os outros e isso acaba atrapalhando o trabalho como um todo, pois os adolescentes sentem a diferença e cobram dos profissionais o mesmo atendimento.

Considerando a percepção dos profissionais entrevistados neste estudo sobre as questões que perpassam a institucionalização de adolescentes em conflito com a Lei podemos inferir que apesar de todos os avanços e conquistas até então elencados no trato dessa questão alguns agravantes persistem: esses adolescentes permanecem marginalizados e estigmatizados socialmente. Somente uma pequena parcela dessa população consegue se reinserir na sociedade. Essa reinserção pode se dar de diversas formas, entretanto, existem fatores preponderantes que permitem essa mudança: desejo pessoal de transformação aparato estatal especializado (recursos financeiros e recursos humanos: psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais etc.); o apoio das ONG's, instituições filantrópicas e comunidades terapêuticas. Mas o que realmente importa é a vontade e determinação do indivíduo, além do apoio de familiares e amigos.

[...] a rua é uma das fases mais cruéis que pode existir no ser humano. Eu acho que depois da guerra eu acho que a crueldade maior é ser um morador de rua. É uma guerra contra o silêncio, contra o descaso, contra uma coisa que muitos passam e nem olham, nem tomam conhecimento de quem está deitado ali, quem não está. (MATTOS, P. 56, 2003).

Nesta pesquisa que pretendia conhecer o processo de desinstitucionalização de adolescentes abrigados no Recanto da Luz, concorreu para esclarecer sobre o grande comprometimento dos sujeitos envolvidos nesta problemática, com tudo o que existe e se passa ao redor de suas vidas.

As histórias de cada adolescente são únicas, porém semelhantes em suas decisões e consequências. Assim esses adolescentes institucionalizados se tornam pertencentes a uma nova sociedade que lhes cobra a mudança. Mudar, no entanto permanece como o grande desafio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado anteriormente, foi diante de um olhar, advindo do senso comum, sobre as condições de vulnerabilidade e risco que afetam crianças, adolescentes e suas famílias em situação de pobreza, que questionamos se as atividades desenvolvidas pela Unidade de Acolhimento Recanto da Luz preparam os adolescentes para o processo de desinstitucionalização.

Na tentativa de responder tal questão, buscamos base teórica na proteção garantida pelo ECA, Lei 8.069/90, principalmente em seu art. 4º que expressa que a família, além da comunidade, da sociedade e do Poder Público, é uma das responsáveis pela proteção da sua prole. (BRASIL, 1990). No presente estudo, ao compararmos a teoria com a prática, entendemos que, quando adolescentes vivenciam uma situação de vulnerabilidade, suas famílias, em geral, encontram - se também alijadas das mínimas condições emocionais, culturais e socioeconômicas, de proteção de sua prole porque toda ela sofre o processo da exclusão social. Nesse contexto, a injustiça social favorece o desequilíbrio das relações, a desagregação familiar, a condição de abandono e, por consequência, o envolvimento de adolescentes em questões que vão convergir para sua institucionalização.

Percebemos que, no acolhimento institucional temporário de adolescentes, os sujeitos desenvolvem uma relação direta ou indireta com um conjunto de pessoas que passam a dividir responsabilidades sobre eles, tais como educadores, técnicos, conselheiros tutelares, juízes, promotores, entre outros. Mas, ao retornarem ao convívio familiar o ambiente não está mudado: lá vivenciam as mesmas privações, as mesmas vulnerabilidades e não foram criadas novas possibilidades de inclusão social ou de mobilidade econômica, nem para tais adolescentes nem para seus familiares.

Nessa perspectiva, devemos reconhecer o abrigo como parte integrante da rede de apoio social e afetivo que dispõe de crianças e adolescentes oriundos de um ambiente familiar exposto a privações. Sem negar a importância de tais instituições, vale discutir o que de fato representam para o processo de inclusão social de crianças e adolescentes que por elas passam e onde vivem importante período de suas vidas.

Assim, é notório que a condição de vulnerabilidade e risco, vivenciadas pelos adolescentes, exige das instituições que os acolhem uma infraestrutura aparelhada, e além disso, fica explícito que tais estabelecimentos precisam examinar e compreender o contexto

em que esses adolescentes são conduzidos ao processo de institucionalização, para balizar o conteúdo social, econômico, jurídico, cultural, psicológico e pedagógico de suas práticas cotidianas para, então, subsidiar a avaliação dos resultados de seus trabalhos na vida dos egressos; na vida dos que ali são acolhidos, na vida dos reincidentes, como também na vida daqueles que não retornaram e a repercussão de tais ocorrências na vida das famílias e da sociedade em geral.

Foi possível sistematizar e analisar os dados e referências para a produção deste trabalho, confrontar o aparato legal em vigor que normatiza e define procedimentos técnicos em relação ao acolhimento institucional de adolescentes, tanto quanto orienta seu processo de desinstitucionalização com as formulações ideológicas em torno do tema e as questões de ordem prática fundamentadas em indicadores que balizam o cenário contemporâneo, delineando a realidade vivenciada por adolescentes que experimentaram tanto a condição de abrigo institucional quanto a desinstitucionalização.

Assim, percebemos que a Unidade de Acolhimento Recanto da Luz cumpre determinantes de políticas públicas compensatórias, visto que as falhas do sistema de proteção social básica fazem emergir a necessidade da proteção social especial de alta complexidade. E consideramos ainda, que a condição dos adolescentes internos no Recanto da Luz, que cumprem o processo de institucionalização em medidas socioeducativas, permanece um tema desafiador pelas falhas do sistema de proteção social, por tudo que foi possível observar tanto na fala dos profissionais da Unidade quanto daqueles que, por qualquer motivo, vivenciam conflito com a lei.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. **Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica.** Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 3, set. 1998.

AMCTN. Disponível em: <<http://amctn.org.br/>>. Acesso em: 03/de set. de 2014.

BARDAIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1971.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <http://sileg.sga.df.gov.br/legislacao/Federal/Leis%20federais/lei_8069_90.htm>. Acesso em 12 de abr. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF; CONANDA, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) - **Acolhimento Institucional.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protexao-social-especial/servicos-de-altacomplexidade/servico-de-acolhimento-institucional>>. Acesso em: 22 de ago. de 2014.

_____. **Estatuto da Juventude.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em out. de 2014.

_____. Fundação João Pinheiro. **Projeto diagnóstico integrado para uma nova política do bem-estar do menor.** Brasília: MPAS/FUNABEM; 1987.

CARVALHO, A. M. **Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e limites.** In: E. R. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento.* São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 14-19, 2002.

CASSOL, L.; DE ANTONI, C. **Família e abrigo como rede de apoio social e afetiva.** In: Dell'Aglio, D. D.; Koller, S. H. R.; Yunes, M. A. M. (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção.* São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 173-201, 2006.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. **Abriço para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces.** *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, 6(2), 329-352, 2007.

COUTO, B. R. **Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma Equação Possível?** S. Paulo: Cortez, 2004.

- FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º Ed. São Paulo. Ed. Atlas. S.A, 2008.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GULASSA, M. L.C. R. **Novos Rumos do Acolhimento Institucional**. Câmara Brasileira do Livro. S. Paulo, 2010.
- KALOUSTIAN, S.M.; FERRAR, M. 1994. Introdução, pp. 11-15. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-UNICEF, São Paulo.
- KAMINSKI, A. K. **O Conselho Tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?** Canoas, ULBRA, 2002.
- LEAL, I. C. **Análise de citações da produção científica de uma comunidade: a construção de uma ferramenta e sua aplicação em um acervo de teses e dissertações do PPGCI-UFMG**. 2005. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte 2005.
- LIMA MADS. **Análise de conteúdo: estudo e aplicação**. Rev Logos 1993; (1): 53-8.
- MALINOWSKI B. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo: Zahar;1975.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- _____. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25.
- MARTINS, J.S. (org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. (2aed.). Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.
- MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.
- _____. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HEIDEMANN, M. **Adolescência e saúde: uma visão preventiva para profissionais de saúde e educação**. Petrópolis: Vozes; 2006.
- MUTTI, R. **Fundamentos e procedimentos em análise de discurso**. Porto Alegre (RS): UFRGS/PPGFACED; 2004.

_____. **O primado do outro sobre o mesmo.** In: Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso; 2003 Nov 10-13; Porto Alegre, Brasil [CDROM]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade.** São Paulo. Cortez, 2004.

ORLANDI, E.P. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** In: Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso; 2003 Nov 10-13; Porto Alegre, Brasil [CD-ROM]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2003.

OSTERNE, M. do S. F. **Menino trabalhador: Identidade no confronto família-rua.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza – UFC, 1991 (mimeo).

RASPANTI, L.M.P.S. **Trabalho com grupo de adolescentes através da abordagem sociodramática** [dissertação]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP; 2000.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes.** Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2004.

ROTONDARO, D. P. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 1 (1), 8-13, 2002.

RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis (RJ). Vozes; 1986.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. R. A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In E. R. A. Silva (Org.), **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil** (pp. 41-70). Brasília: IPEA, 2004.

TEIXEIRA, E. O. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da realidade.** Salvador, BA. ed. aatr, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/política/2013/01/19>>. Acesso em: 06 de out. de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: **Do Acolhimento Institucional De Adolescentes No Recanto Da Luz: Processo De Desistitucionalização** desenvolvida por Maria de Fátima Pitombeira. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Kelly Maria Gomes Menezes, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) 8766.1609. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é Investigar se as atividades desenvolvidas pela Unidade de Acolhimento Recanto da Luz preparam os adolescentes para o processo de desistitucionalização. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA

Identificação – Contato

Sexo: () Feminino () Masculino Idade:

Escolaridade

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Profissão:

Tempo de Formada

- 1. Quais atividades são desenvolvidas junto aos adolescentes na instituição?**

- 2. Quais os benefícios e as deficiências ainda presentes nessas atividades?**

- 3. Os adolescentes são preparados para o processo de desinstitucionalização? Como?**

- 4. Existe por parte do Estado um acompanhamento na aplicabilidade das políticas de atendimento aos adolescentes institucionalizados?**

- 5. Na sua visão de integrante do Sistema, quais as mudanças poderiam haver para a real funcionabilidade da Reintegração Social?**

- 6. Como a sua atuação contribui para esse processo?**

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES ACOLHIDOS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Idade:

1.2 Sexo:

1.3 Escolaridade:

2 SOBRE INTERNAÇÃO?

Tempo de permanência na unidade:

3. O QUE VOÇÊ MAIS GOSTA DE FAZER FORA DA INSTITUIÇÃO?

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO TRANSFORMOU SUA VIDA? ()SIM () NÃO

() EXPLIQUE POR QUE?

5. QUAL O MELHOR APRENDIZADO QUE VOCÊ VIVEU NA UNIDADE?